



PSICOLOGIA EM LIBRAS E A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NOS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

RODRIGUES, Wesley Robert Alves¹,
SANTOS, Marília Alves dos².

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo conscientizar estudantes e profissionais da psicologia para busca de qualificação na Língua Brasileira de Sinais, a fim de tornar os atendimentos psicológicos mais acessível para comunidade surda. Tendo em vista que a quantidade de profissionais de psicologia capacitados no atendimento em Libras é muito escasso e a quantidade de pessoas com Surdez no Brasil é muito alta. As pessoas com deficiência auditiva também necessitam de cuidado e atenção para lidar com as suas dificuldades. Dito isto, é de extrema importância que os profissionais de psicologia tenham um olhar mais empático e humanizado para esta demanda. **Palavras chave:** Atendimento psicológico, Inclusão Social, Língua Brasileira de Sinais, Surdez.

ABSTRACT

This article aims to raise awareness of psychology students and professionals to seek qualification in Brazilian Sign Language, in order to make psychological care more accessible to the deaf community. Bearing in mind that the number of psychology professionals trained in the service in Libras is very scarce and the number of people with Deafness in Brazil is very high. People with hearing impairment also need care and attention to deal with their difficulties, having said that, it is extremely important that psychology professionals have a more empathetic and humanized look at this demand.

Keywords: Brazilian Sign Language, Deafness, Psychological care, Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Mazzota (1996), para os gregos e romanos o indivíduo que nascia surdo não era considerado humano, pois para eles a fala era resultado do pensamento, logo, se o indivíduo não fala, então ele não é capaz de pensar. Por consequência desse tipo de pensamento, os surdos dessa época eram privados de frequentar os mesmos lugares que os ouvintes,

¹ Apimorando do curso em Psicologia Clínica da FAEF. E-mail: wesleyralves@yahoo.com.br.

² Docente do curso de Psicologia da FAEF. E-mail: mariliaalves.tanabi@gmail.com.

incluindo as escolas, e ainda não tinham direito a testamentos, a se casarem e constituírem uma família como outro indivíduo qualquer.

A partir do século VIII, na Inglaterra, o alfabeto manual era utilizado pelos monges, que haviam feito voto de silêncio, o que mostra como é forte a necessidade que o indivíduo tem de se comunicar com os outros, pois essa necessidade os obrigou a se adaptarem sem quebrar o voto sagrado, onde suas vozes não eram ouvidas, porém, seus dedos “tagarelavam” (STRANADOVÁ, 2000).

Mas somente a partir do século XVI é que foram surgindo os primeiros registros relacionados a educação do indivíduo com deficiência auditiva, onde o monge Pedro Ponde de León (1520 – 1584) foi reconhecido como o primeiro educador de surdos, quando ele ensinou gestos e o alfabeto manual, tornando-se então possível ensinar os surdos a lerem e escreverem (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Ainda segundo Honora e Frizanco (2009), no final do século XVIII foram surgindo os primeiros trabalhos relacionados à educação de crianças com deficiência auditiva, a fim de integra-los à sociedade, em que vale destacar que era uma tentativa de integração e não de inclusão ³Este século foi considerado o mais progressivo em relação a educação dos indivíduos com deficiência auditiva, pois foi neste período que em surgiram diversas escolas com ensino da Língua de Sinais, no qual eles puderam compreender melhor sobre diversos assuntos e também passaram a exercer diversos ofícios.

O marco mais importante relacionado à educação dos surdos ocorreu no século XIX, em que, por intermédio do abade Charles Michel L’Eppe (1712-1789), que preocupado que os surdos da época estavam destinados a irem para o inferno pelo simples fato de que eles não podiam confessar-se. Foi quando L’Eppe notou que eles tinham uma linguagem própria para se comunicarem, através dos sinais, comprometendo-se então a aprender e enfim criar um método de ensino, revolucionando a história da comunidade surda (CARVALHO, 2012). Método esse que se tornou referência para a criação de diversas escolas, até mesmo para a criação da primeira escola de educação para surdos no Brasil, fundada em 1857 no Rio de Janeiro conhecida hoje como INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

³ Integração: envolve a inserção de pessoas com deficiências nas diversas áreas, porém, sem que nenhuma alteração seja feita no ambiente para se adequar à essa pessoa, mas a pessoa se adaptar ao ambiente. Inclusão: Consiste em mudanças atitudinais e modificações em estruturas físicas e estratégias, para que todos os membros de adaptem para receber a pessoa com deficiência em seu contexto.

Hoje em dia, mesmo com a interação entre Surdos e ouvintes, nota-se que eles ainda preferem casar, estudar e conviverem entre seus pares, por muitas vezes se sentirem desconfiados e incompreendidos pelos ouvintes (HONORA; FRIZANCO, 2009). Cabendo aqui destacar uma reflexão de que esses comportamentos apresentados podem ser em consequência de todos esses anos de muita luta por seus direitos.

Dito isto, o presente artigo tem por objetivo discutir a importância da capacitação em Libras dos profissionais de psicologia para que seja possível realizar os atendimentos e acompanhamentos psicológicos com a pessoa com deficiência auditiva. Busca ainda apontar algumas dificuldades relacionadas a falta de profissionais habilitados e conseqüentemente sobre as contribuições para a inclusão social da comunidade surda.

2 DESENVOLVIMENTO

A realização deste artigo se deu através de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fazendo um levantamento de dados sobre atendimentos psicológicos com a pessoa Surda, inclusão social e Língua Brasileira de Sinais, dados esses, que foram encontrados através de artigos científicos, disponíveis na base de dados Pepsic, Scielo e Google Acadêmico, como também, através de livros, monografias e revistas quem abordam o tema proposto neste artigo. Além disso, também foi utilizado o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) e legislações nacionais e internacionais referente aos Direitos Humanos.

2.1 Surdez

A perda auditiva é que complicação que existe no aparelho auditivo. Ela não é visível, mas leva o indivíduo a apresentar dificuldades para detectar os sons, que pode variar entre total e parcial, podendo ela ser congênita ou adquirida, podendo também trazer várias conseqüências para o desenvolvimento desse indivíduo (ARAÚJO; LACERDA, 2008).

E apoiado pelo Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), é considerado surdo o sujeito que tiver perda parcial, bilateral ou total, sendo igual ou superior a quarenta e um decibéis (db), desde que a mesma seja comprovada através audiograma com as frequências: 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. E em seu artigo 2º o mesmo Decreto dispõe que surdo é aquele indivíduo que percebe e se relaciona com o mundo através da Língua Brasileira de Sinais, manifestando sua cultura através das suas expressões visuais (BRASIL, 2005).

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2005, p. 1).

Os dados estatísticos que foram encontrados segundo o Censo Brasileiro realizado em 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam uma estimativa de que, em média, 5,1% da população brasileira tem algum tipo ou grau de deficiência auditiva, de forma leve, moderada ou severa, essa média corresponde a aproximadamente 10 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

2.2 Inclusão social

No Brasil, o processo de inclusão social só teve início por volta da década de 1980, mas ainda hoje é um tema bastante discutido. Sabendo-se que a inclusão nada mais é que a inserção das pessoas que possuem algum tipo de deficiência em todas as áreas de atendimento, a comunicação dos profissionais da saúde com o sujeito surdo tem sido um grande desafio (CHAVEIRO, 2005). E ainda, segundo a autora, os surdos se sentem bastante compreendidos, valorizados e respeitados quando eles podem contar com um atendimento acompanhado de um intérprete, ou quando o próprio profissional da saúde tenha o conhecimento em Libras, sem necessitar de uma terceira pessoa intérprete.

O direito do surdo, relacionado a sua inclusão, está assegurada pela Lei nº 13.146 de Julho de 2015, instituída com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que em seu primeiro artigo diz:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, p. 1).

Tem também, sobre essa inclusão social e tratamento digno e igualitário, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em que em seus Artigos 4º e 8º desta mesma Lei que demonstram que:

É de direito de todas as pessoas, mesmo que com deficiência, a ter iguais oportunidades sem que as mesmas sofram qualquer tipo de discriminação. E em virtude da deficiência, entende-se como discriminação, todo e qualquer ato onde haja distinção, restrição, exclusão e omissão, que possa prejudicar, impedir e até mesmo anular o direito que este indivíduo tem de usufruir de seus direitos, incluindo também o ato da recusa em oferecer adaptações razoáveis para os mesmos, conforme seu artigo 4º. E em seu artigo 8º que deixa claro que é um dever, tanto do Estado, quanto da família e também da sociedade, assegurando que a pessoa com deficiência possa efetivar tudo o que é de seu direito, como saúde, família, alimentação, lar, profissão, transporte, como também o acesso à cultura, lazer, transporte, avanços da tecnologia, entre tantas outras, de acordo com a Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e das Leis que garantem todo o seu bem estar pessoa, econômico e social.

Entende-se então, que a regulamentação dessa Lei foi um grande marco para a história da pessoa com deficiência, por sua luta pelos direitos à cidadania, porém, ainda assim, existem muitas pessoas com deficiência, que sofrem muito por segregação, discriminação e até a exclusão pelo fato de ter uma deficiência (MACÊDO; TORRES, 2007).

Dito isto, vale destacar a importância dessa inclusão social e apresentar um pouco dos diferentes tipos de acessibilidade que existem para que essa inclusão se torne cada vez mais possível, desde que praticada nos diversos contextos, garantindo direitos igualitários a todos. São 7 diferentes tipos de acessibilidade que destaco a seguir: (FREITAS 2020).

- **Acessibilidade atitudinais:** São de fato, as atitudes que as pessoas têm diante uma pessoa com deficiência, não a tratando como “coitadinho”;

- **Acessibilidade arquitetônicas:** Quando se oferece a pessoa com deficiência, adequações ao espaço, sejam eles públicos ou privados, mas que permitam que a pessoa com deficiência transite sem nenhuma dificuldade;

- **Acessibilidade metodológicas:** São os possíveis métodos de ensino utilizados em escolas e em ambientes corporativos, a fim de proporcionar a pessoa com deficiência, melhor acesso aos conteúdos presentes no ambiente compartilhado com pessoas sem deficiência;

- **Acessibilidade instrumental:** São materiais e ferramentas produzidas para que a pessoa com a sua deficiência possa utilizar em suas práticas escolares e/ou profissionais;

- **Acessibilidade programática:** São sobre as Leis e normas criadas para que atendam a todas as necessidades da pessoa com deficiência;

- **Acessibilidade nas comunicações:** É o acesso aos meios de comunicação, através de livros, revistas, jornais, fotos. Como por exemplo: audiodescrição de uma imagem e/ou local para uma pessoa com deficiência visual;

- **Acessibilidade natural:** Eliminar as barreiras que a própria natureza apresenta, como: praias, vegetações, calçadas, onde podem se criar maneiras para melhorar a acessibilidade para a pessoa com deficiência.

Assim como os tratados internacionais, que demonstram ainda mais sobre a importância da efetivação do tratamento igualitário e de inclusão das pessoas com deficiências e partindo dessa perspectiva, é muito importante que o profissional de psicologia, demonstre interesse em buscar conhecimento em Libras, para diminuir esses obstáculos/barreiras na comunicação e assim, proporcionar melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência auditiva, através de um atendimento mais digno e humanizado, ajudando na inclusão do mesmo na sociedade (BARBOSA, 2005).

É muito importante que os profissionais da saúde demonstrem interesse em aprender ou desenvolver-se mais na Língua Brasileira de Sinais, para que se torne possível diminuir essas barreiras na comunicação entre o ouvinte e não ouvinte, para então, proporcionar melhor qualidade de vida, através do atendimento mais humanizado (BARBOSA, 2005).

Diferente do que muitos acreditam, a Libras ainda não é considerada a segunda língua oficial do Brasil, porém, a mesma é reconhecida como um meio legal de comunicação e expressão em nosso país através da Lei 10.436 de Abril de 2002, que possui uma estrutura gramatical própria. Contudo, existe um Projeto de Lei para inserir o ensino de Libras na grade curricular dos ensinos fundamentais e médios, para todos os alunos, sejam eles deficientes auditivos ou não, projeto esse que pretende alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sobre as diretrizes e bases da educação nacional. (MOREIRA, 2021).

É muito comum, encontrarmos surdos que não tem a Libras como sua língua natural, como também os que não fazem o uso da Libras. O primeiro, pelo fato de que alguns surdos perderam a audição gradativamente a qualquer momento da vida após a aquisição da fala e com isso já ter tido contato com o português e conseguir falar perfeitamente. Quanto ao segundo, de não terem a Libras como sua língua natural, se dá pelo fato de que nasceram em um seio familiar, onde a Libras não faz parte do seu cotidiano e com isso, esse indivíduo acaba

crescendo em um ambiente onde o português é a língua natural e ele tendo que aprender a conviver através da oralização⁴. (MOREIRA, 2021).

Vale também destacar abaixo, alguns dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo:

I – O Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiando nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
II – O Psicólogo trabalhará visando promover a saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
IV – O Psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática (CFP, 2005, p. 7).

Há muitos princípios apresentados e legislações nacionais e internacionais que protegem a abrangem a inclusão da pessoa com deficiência, o que nos remete a uma reflexão sobre a efetividade e aplicação desses princípios, direitos e aspectos sociais, pois em pleno século XXI, podemos observar um desnivelamento das práticas de garantia de direitos.

2.3 Atendimento psicológico ao surdo

Com o passar dos anos e com os grandes avanços da tecnologia, acredita-se que haverá uma grande procura por atendimentos psicológicos por parte da comunidade surda, tendo em vista que hoje em dia há muitas leis que regulamentam todos os seus direitos ao acesso nos diversos tipos de atendimentos na área da saúde. Com isso, espera-se que desperte o interesse por parte da psicologia, pela busca de conhecimento e conteúdo relacionado a essa temática, com o intuito de proporcionar a esses profissionais, maneiras para lidar com a comunidade surda, pois é muito importante que o psicólogo consiga se comunicar com o seu paciente surdo, afim de compreender melhor o mundo do sujeito com deficiência auditiva e que ele possa proporcionar a esse indivíduo adaptações necessárias na comunicação com os outros. Desta forma, a psicologia acaba sendo vista como uma facilitadora nos diversos contextos, não apenas para a deficiência auditiva, mas também para todos os outros tipos de deficiência (MACEDO; TORRES, 2007).

⁴ Capacidade que o indivíduo surdo tem de adaptar a modalidade oral do ouvinte como uma possibilidade linguística, tornado possível a sua comunicação através da leitura labial.

É muito importante que o profissional de psicologia tenha um ótimo conhecimento teórico para auxiliá-lo em suas práticas terapêuticas, mas também é igualmente importante que o psicólogo tente se colocar no lugar desse indivíduo, tentando enxergar a sua singularidade a partir de toda a sua construção histórica, para que se torne possível compreender melhor o problema apresentado e assim estabelecer um bom vínculo-afetivo entre terapeuta e paciente. Porém, é preciso que o terapeuta mantenha um equilíbrio entre os seus conhecimentos e técnicas para que seja feito um atendimento com muita eficiência, (GONZÁLEZ-REY, 2001).

Uma vez inseridos em uma sociedade em que existe muito preconceito e discriminação, os surdos necessitam muito de um profissional que os auxiliem na integração dessa sociedade que os rejeitam para que possam continuar o seu desenvolvimento e para a sua sobrevivência. O profissional que estiver comprometido com toda essa proposta de inclusão do sujeito com deficiência auditiva, precisa, de fato, acreditar muito na capacidade que este indivíduo tem, assim como em seu desempenho, para que ele possa se sentir útil e também sentir que faça parte dessa sociedade (SOARES, 1999).

Dito isto, eu⁵ sendo um aluno graduado em Psicologia na Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF, formando da turma XVI de 2020 e também participante do programa de Aprimoramento na mesma instituição. Durante o período da minha graduação me deparei com a escassez de estagiários e profissionais de psicologia, que estivessem capacitados para fazer atendimentos psicológicos com a pessoa surda através da Libras. Devido essa escassez e chegando ao final do último termo do curso, onde tive estágios clínicos, surgiu um paciente surdo para atendimento da CEPPA (Clínica Escola de Psicologia e Pesquisa Aplicada) da FAEF, onde fui o único estudante/estagiário com conhecimento em Libras para poder atender a demanda desse paciente, porém, como dito anteriormente, estava no último semestre da graduação e com isso, seguindo o protocolo da instituição, teria que transferir esse paciente para outro estudante/estagiário para que o mesmo pudesse prosseguir com os atendimentos no ano seguinte, mas que devido à falta desse estudante/estagiário que soubesse Libras para os atendimentos, não foi possível fazer essa transferência do paciente. Foi onde despertou em mim o interesse em continuar os atendimentos com esse paciente surdo, mesmo que de forma voluntária na Clínica-Escola, contudo, a Instituição deu a oportunidade de continuar esses atendimentos, quando abriu novamente o programa de aprimoramento, desta forma, foi possível continuar os atendimentos com esse paciente por mais um ano.

⁵ Neste momento, optamos por desenvolver o relato em primeira pessoa do singular para melhor elucidar o processo de atendimento descrito.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o presente artigo possa contribuir com o meio acadêmico, principalmente para a área da Psicologia, sendo mais um material que sirva de apoio para o público que se interessa pela temática proposta pelo mesmo, tendo em vista que a comunidade surda ganhou uma visibilidade nos espaços públicos e privados, partindo da premissa de uma sociedade mais justa para com aqueles que foram negligenciados de seus direitos por tantos anos. Mesmo que hoje em dia existam várias leis e regulamentos que garantem um atendimento mais digno, igualitário e na área da saúde, ainda há um grande desafio que é o ensino da Libras nas instituições de ensino, tanto públicas, quanto privadas, como forma de inclusão, a fim de facilitar a comunicação da pessoa surda nos diversos serviços de atendimentos.

Pretende-se também incentivar os profissionais e até mesmo os estudantes de psicologia a buscarem qualificações para possíveis futuros casos de atendimentos com os indivíduos surdos. Afinal de contas, conforme dito anteriormente neste artigo, seguindo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), é de responsabilidade do profissional trabalhar de forma para promover dignidade, igualdade e integridade do indivíduo, como também promover melhor qualidade de vida ao mesmo e buscar continuidade de aprimoramento profissional para que possa contribuir com o desenvolvimento da psicologia.

Além disso, pode servir como um material de apoio para pesquisas relacionadas a Psicologia e atendimentos psicológicos com a pessoa surda, já que existem poucos estudos relacionados a esse tema, que é de fundamental importância para toda a área da saúde, com um foco especial para a Psicologia Social e Clínica, que contribui de forma mais efetiva para a inclusão social do sujeito com deficiência, seja ela qual for. Da mesma forma, se espera que contribua para promover o conhecimento relacionado à comunidade surda, conhecendo um pouco mais sobre sua história e até mesmo participando de forma ativa no seu desenvolvimento, como também, compreendendo as dificuldades encontradas no dia a dia, sempre levando em conta que os surdos também tem sentimentos, traumas, medos, transtornos, entre tantos outros, porém, uma grande parte dos surdos nem sabem o que estão sentindo e não tem quem os entenda e ajude-os.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. C. M. & LACERDA, C. B. F. de. (2008). **Examinando o desenho infantil**

como recurso terapêutico para o desenvolvimento de linguagem de crianças surdas.

Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 13(2), 186-192. 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342008000200014>
Acesso em: 20 Outubro 2020.

BARBOSA, Maria Alves et al. **Língua Brasileira de Sinais: um desafio para a assistência de enfermagem.** Rev. Enferm. UERJ, v. 11, n. 3, p. 247-251, 2005.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. **Regulamento que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.** Brasília. 2005.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da pessoa com deficiência.** Brasília. 2015. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 04 de Setembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 03 de Novembro de 2021.

CARVALHO, P. V. **O abade de L'Eppe no século XXI.** 2012. Disponível em :
<<http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=307>> Acesso em 14 de setembro de 2020.

CHAVEIRO, N. BARBOSA, M. A. **Assistência ao surdo na área da saúde como fator de inclusão social.** Rev. Esc. Enferm USP. São Paulo. P.47. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília: CFP, 2005.

FREITAS, F. **Conheça 7 tipos de acessibilidade para tornar nossa sociedade mais inclusiva.** São Paulo. 2020. Disponível em: < <http://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/>> Acesso em: 03 de Novembro de 2021.

GONZÁLEZ-REY, F. L. **O enfoque histórico-cultural e seu sentido para a psicologia clínica: uma reflexão.** In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (Orgs.) Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

HONORA, Marcia. FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo. Ciranda Cultural. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/vizualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>
Acesso em 17 de setembro de 2020.

MACÊDO, L. S; TORRES, C. R. **Psicologia inclusiva: a importância do atendimento**

psicoterapêutico a pessoas surdas. Rio Grando do Sul. 2007. Disponível em: <
[https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-
inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-7.pdf](https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-7.pdf)> Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo, 1996.

MOREIRA, P. P. 7 coisas que você não sabe sobre a Libras (Língua Brasileira de Sinais). Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <<https://cronicasdasurdez.com/coisas-sobre-libras/>> Acesso em: 03 de Novembro de 2021.

SOARES, M. A. L. Educação do Surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 1999. Disponível em: <[https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/inclus%C3%A3o-social-do-surdo-
reflex%C3%B5es-sobre-contribui%C3%A7%C3%B5es-da-lei-10436-%C3%A1-
educa%C3%A7%C3%A3o-aos-profissi](https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/inclus%C3%A3o-social-do-surdo-reflex%C3%B5es-sobre-contribui%C3%A7%C3%B5es-da-lei-10436-%C3%A1-educ%C3%A7%C3%A3o-aos-profissi)> Acesso em: 05 Setembro de 2020.

STRNADOVÁ, V. Como é ser surdo. Rio de Janeiro, Babel Editora. 2000.